



## PROVAS DIGITAIS EM CONTEXTO DE INQUÉRITO POLICIAL

### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Emerson Almeida Declie  
Flávia Rodrigues Cantagalli

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

O avanço tecnológico e a crescente digitalização da sociedade impactaram diretamente o ambiente de investigação criminal. Com o advento das provas serem realizadas de maneira digital, como ocorre com os dados da sociedade atual. Sendo assim, é sabido que há a inclusão de registros das chamadas, e-mails, mensagens em aplicativos e dados de localização, já é essencial nos inquéritos policiais. Porém, a preservação e apresentação dessas provas no processo penal possuem desafios importantes. Há questões relacionadas à integridade das evidências, à privacidade dos indivíduos e à necessidade de atualização constante das técnicas investigativas. Além disso, a ausência de uma padronização legal e a rápida evolução tecnológica torna a tarefa de lidar com provas digitais ainda mais complexas. Este estudo visa analisar os desafios do uso de provas digitais no âmbito do inquérito policial.

### Objetivo

Analisar os procedimentos de coleta, preservação e apresentação de provas digitais no inquérito policial, destacando os desafios jurídicos e tecnológicos envolvidos. O estudo busca identificar práticas eficazes que garantam a integridade e a admissibilidade dessas provas no processo penal, contribuindo para a eficiência das investigações criminais.

### Material e Métodos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, doutrinas e jurisprudências relacionadas às provas digitais no inquérito policial. Foram consultados artigos acadêmicos, livros e normativas legais, como o Código de Processo Penal, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para compreender o impacto das provas digitais no processo investigativo. A análise também incluiu decisões judiciais que abordam a admissibilidade e a validade de provas digitais no processo penal. Além disso, foram avaliadas práticas investigativas relacionadas à coleta, preservação e cadeia de custódia de evidências digitais, com ênfase nos desafios de autenticidade, integridade e segurança da informação no contexto jurídico. A pesquisa busca identificar as lacunas e as melhores práticas para garantir a eficácia do uso dessas provas.

### Resultados e Discussão

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Os resultados indicam que as provas digitais são bastante utilizadas no inquérito policial (IP), porém, a falta de regulamentação específica e a constante evolução tecnológica criam desafios significativos. Nesse sentido, a principal dificuldade observada está na manutenção dessas provas numa cadeia de custódia sem marcas de ilegalidade. Nesse sentido, a análise de decisões judiciais revela que, apesar de crescer a aceitação dessas provas, o processo de obtenção, armazenamento e apresentação ainda enfrenta lacunas quanto à sua validade jurídica. Apesar disso, algumas normas, como o Marco Civil da Internet e a LGPD, podem oferecer certo suporte, mas não abrangem completamente as particularidades das provas digitais no processo penal. A formação insuficiente de policiais e peritos bem como a falta de infraestrutura tecnológica adequada também são barreiras neste meio.

## Conclusão

Para que as provas digitais sejam melhor absorvidas no IP e durante o processo penal, em defesa do princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos e de todo o capítulo que trata sobre provas do CPP, é importante que o Poder Legislativo junto às iniciativas do tribunais superiores do Brasil crie normas específicas para inserir essas espécies de provas. Assim como, o Governo Estadual e capacite de forma obrigatória os Policiais para o claro manuseio das provas digitais.

## Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 2 de setembro de 2024.

NASCIMENTO, R. G. et al. Provas Digitais no Processo Penal Brasileiro: Desafios e Perspectivas. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rbdpp/article/view/1673>.

GONÇALVES, L. F. A Aplicação das Provas Digitais no Inquérito Policial: Um Estudo de Caso. Revista de Criminalística e Investigação Forense, v. 6, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.revistacriminalistica.com.br/provasdigitais-inquerito-caso>.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm).